



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

- Processo:** nº 14.080/2018-e (r).
- Jurisdicionada:** Instituto Brasília Ambiental - IBRAM.
- Assunto:** Representação.
- Ementa:** Representações ofertadas pelo Sindicato dos Médicos Veterinários do Distrito Federal - SINDVET/DF acerca de possíveis ilegalidades na contratação da Associação Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais de São Paulo - ANCLIVEPA-SP para, em parceria com o Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - IBRAM, implantar e operacionalizar o Hospital Veterinário Público - HVEP. Determinações. Reiteração. Cumprimento. Arquivamento dos autos.
- . Nesta fase: exame da Prestação de Contas Final, referente ao Termo de Colaboração nº 1/2018, encaminhado em atenção ao disposto na alínea "b" do item IV da Decisão nº 863/2021.
  - . A Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade - SEGEM conclui pelo conhecimento, pelo cumprimento da diligência, pela inclusão da verificação da execução do Termo de Colaboração nº 1/2021 no escopo da fiscalização a ser realizada no âmbito do Processo nº 00600-000013412/2022-55 e pelo arquivamento dos autos.
  - . O Ministério Público de Contas do Distrito Federal - MPC/DF aquiesce às conclusões da Instrução.
  - . **VOTO** convergente. Devolução dos autos à SEGEM.

## RELATÓRIO

Cuidam os autos do exame das Representações protocoladas pelo **Sindicato dos Médicos Veterinários do Distrito Federal - SINDVET/DF**, acerca de possíveis ilegalidades no Edital de Chamamento Público nº 01/2018, destinado à seleção de Organizações da Sociedade Civil - OSC, para, em parceria com então Instituto **Brasília Ambiental - IBRAM**, implantar e operacionalizar o Hospital Veterinário Público - HVEP (peça 3 e 29).

Entre outras deliberações adotadas no feito, este Tribunal, conforme a Decisão nº 863/2021 (peça 102), reiterou ao **IBRAM** a Decisão nº 1.117/2020, acerca da adoção de medidas urgentes no sentido de sanar todas as pendências para a emissão da Carta de Habite-se do HVEP e determinou ainda a remessa a este Tribunal, anualmente, da prestação de contas relativa ao Termo de Colaboração nº 1/2018.

Em sua última manifestação, consoante a Decisão nº 4.545/2021



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

(peça 164), considerou atendida a Decisão nº 863/2021, autorizando a inclusão da verificação da execução do referido ajuste e de seus pagamentos em futuro roteiro de fiscalização, bem como o arquivamento dos autos.

Desta feita, em atenção ao item IV.b da Decisão nº 863/2021, o Jurisdicionado, por intermédio do Ofício nº 1596/2022-IBRAM/PRESI e anexos (peças 182/187), encaminhou a Prestação de Contas Final, referente ao Termo de Colaboração nº 1/2018.

## **MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO TÉCNICO**

A Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade - SEGEM, nos termos da Informação nº 94/2023-DIGEM2 (peça 189), apresenta as seguintes considerações:

### **“II. ANÁLISE**

*15.Preliminarmente, importa destacar que, nos termos do item IV, “b”, da Decisão nº 863/2021, o Tribunal determinou ao IBRAM que encaminhasse anualmente, em até 60 (sessenta) dias após o prazo legal para exame da documentação, a prestação de contas do Termo de Colaboração nº 1/2018.*

*16.Como relatado, os autos foram arquivados. Todavia, em 22.7.2022, por meio do Ofício nº 1596/2022-IBRAM/PRESI (peça 188), o IBRAM, em atenção ao mencionado dispositivo decisório, encaminhou a Prestação de Contas Final – 2018 a 2021 (peça 185) juntamente com Parecer Técnico nº 3/2022IBRAM/PRESI/SECEX/HVET (peça 186), que opinou pela aprovação final das contas.*

*17.Houve, portanto, o desarquivamento dos autos, no intuito de se avaliar a execução do Termo de Colaboração nº 1/2018, bem como para se verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas e dos resultados previstos.*

*18.Considerando que o ordenamento jurídico pátrio estabelece diretrizes para a realização de parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, a presente análise se ampara, especialmente, nas disposições da Lei nº 13.019/2014, no Decreto Distrital nº 37.843/2016 e no próprio Termo de Colaboração firmado entre o IBRAM e a ANCLIVEPA-SP.*

*19.O procedimento relacionado à prestação de contas da parceria é disciplinado pela Lei nº 13.019/2014, do artigo 63 ao 72, de modo que é pertinente reproduzir o teor do artigo 64, que traz disposições sobre os elementos que envolvem a avaliação da execução do objeto pactuado:*

*“Art. 64. A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

*15 1º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.*

*§ 2º Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.*

*§ 3º A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.*

*§ 4º A prestação de contas da parceria observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos conforme previsto no plano de trabalho e no termo de colaboração ou de fomento.”*

*20. De modo específico, considerando que a apresentação das contas pela OSC é realizada por meio do Relatório de Execução do Objeto, destaca-se também o conteúdo do artigo 60 do Decreto nº 37.843/2016:*

*“Art. 60. O relatório de execução do objeto apresentado pela organização da sociedade civil deverá conter:*

*I – descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto, para demonstrar o alcance das metas e dos resultados esperados no período de que trata a prestação de contas;*

*II – documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como listas de presença, fotos, depoimentos, vídeos e outros suportes;*

*III – documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida em bens ou serviços, quando houver; e*

*IV – documentos sobre o grau de satisfação do público-alvo.*

*§1º Nos casos em que não tiver sido realizada pesquisa de satisfação, a organização da sociedade civil deverá apresentar declaração de entidade pública ou privada local, manifestação do conselho setorial ou outro documento que sirva para expor o grau de satisfação do público-alvo.*

*§ 2º O disposto neste artigo aplica-se ao relatório parcial de execução do objeto, relativo à prestação de contas anual, e ao relatório final de execução do objeto, relativo à prestação de contas final.”*

*21. Dessa forma, a presente análise recai sobre as informações e os resultados do Serviço Veterinário Público do DF - HVEP, inclusive a avaliação final das prestações de contas feitas pela ANCLIVEPA-SP, durante todo o período de vigência do Termo de Colaboração nº 01/2018, qual seja, **29/3/2018 a 30/11/2021**.*

*22. Salienta-se que já constam nos autos as **Prestações de Contas Anuais** relativas aos **períodos de 2018/2019** e de **2019/2020** (peças 116 e 124), **com seus respectivos Pareceres Técnicos** (peças 117 e 125).*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

23.O Plano de Trabalho HVEP foi elaborado para ser executado em 12 (doze) etapas, com prazo de vigência de até 60 meses (posteriormente alterado para 44 meses), tendo por escopo a recepção e triagem, atendimento clínico (incluindo emergenciais), atendimento cirúrgico, realização de exames laboratoriais e de imagem, acompanhamento dos tratamentos, gestão dos medicamentos e gestão de prontuários para a prestação de serviços veterinários em cães e gatos.

24.De acordo com o referido Plano de Trabalho (peça 64; fls. 15/61), os seguintes indicadores e metas foram descritos como parâmetros para avaliar a execução do objeto da parceria firmada entre o Instituto Brasília Ambiental – IBRAM e a Associação Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais de São Paulo – ANCLIVEPA-SP:

- B.1 Administração de Medicamentos;
- B.2 Cirurgias;
- B.3 Consultas;
- B.4 Exames de Imagem;
- B.5 Serviços Laboratoriais; • B.6 Ações de Educação em Saúde;
- B.7 Grau de Satisfação do Usuário.

25.Isto posto, considerando todo o período de abrangência do Termo de Colaboração nº 01/2018, o Parecer Técnico do IBRAM (peça 186, p. 10) apresenta, de forma sintética, o comparativo das metas inicialmente almejadas e o total efetivamente realizado durante a parceria:

Indicador	Executado	Meta	Variação
Administração de medicamentos	158.586	87.200	+81,86%
Cirurgias	6.655	4.400	+51,25%
Consultas	57.676	25.480	+126,35%
Exames de imagem	58.583	18.000	+225,46%
Serviços laboratoriais	170.912	47.200	+262,10%
Ações de Educação em saúde	144	144	-
Satisfação do usuário	89%	60%	+48%

26.Dessa forma, observa-se que durante o período que perdurou a parceria, o HVEP realizou 452.412 procedimentos médico-veterinários (exames de imagem, consultas, retornos, cirurgias, administração de medicamentos, serviços laboratoriais entre outros), além de 144 ações de educação em saúde, com ênfase no cumprimento de todas as metas, inclusive com resultado superavitário em relação ao fixado previamente para a parceria.

27.Conforme estabelecido no Plano de Trabalho (peça 64; fls. 49/50) para a execução do Termo de Colaboração nº 01/2018, a avaliação da satisfação do usuário em relação aos serviços prestados no HVEP seria composta por questionamentos para os quais o usuário atribuiria uma nota de 1 a 4, sendo que a meta de satisfação fixada foi de no



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

mínimo 60% de notas 3 ou 4 (avaliações do tipo bom e ótimo) em cada quesito.

**C. Metodologia da pesquisa de satisfação**

A pesquisa de satisfação deverá abranger uma amostra estatisticamente significativa do total de usuários no período. A pesquisa poderá ser feita verbalmente ou digitalmente, podendo ser anônima, apenas com identificação numérica.

A pesquisa conterà no máximo de 05 questionamentos para os quais o usuário dará nota de 1 a 4. As questões serão estabelecidas em conjunto entre o IBRAM e a ANCLIVEPA de forma a possibilitar avaliar a satisfação do usuário em relação:

1 – Ao atendimento prestado ao animal e tutor nos processos de recepção e triagem;

2 – À qualidade das estruturas físicas do ambiente hospitalar;

3 – Ao atendimento às expectativas em relação ao tratamento médico em função da gravidade do caso;

4 – Aos mecanismos de promoção de educação em saúde.

A meta de satisfação na prestação de serviço é de no mínimo 60% de notas 3 ou 4 em cada quesito.

Além dos quesitos relacionados à satisfação, o IBRAM poderá utilizar as ferramentas de pesquisa para verificar a adequação dos atendimentos realizados pela ANCLIVEPA.”

28. Assim, a ANCLIVEPA-SP apresentou informações quanto aos resultados apurados em relação à “satisfação do usuário”, de modo que obteve padrões superiores as metas fixadas em todos os anos de vigência do Termo de Colaboração, conforme é possível observar na tabela abaixo (peça 186, p. 8/9):

Pesquisa de Satisfação (Meta: 60%)		Ano 1		Ano 2		Ano 3		Ano 4	
		Qtde	%*	Qtde	%*	Qtde	%*	Qtde	%*
		1.290	10,12%	1.270	9,83%	1.163	9,12%	970	5,25%
Qualidade do atendimento prestado	Avaliado como Ótimo/Bom	93%		96%		95%		91%	
Estrutura física		76%		80%		91%		88%	
Informações prestadas pela equipe		68%		83%		87%		84%	
Possibilidade de recomendação a um amigo	Sim	94%		97%		96%		90%	

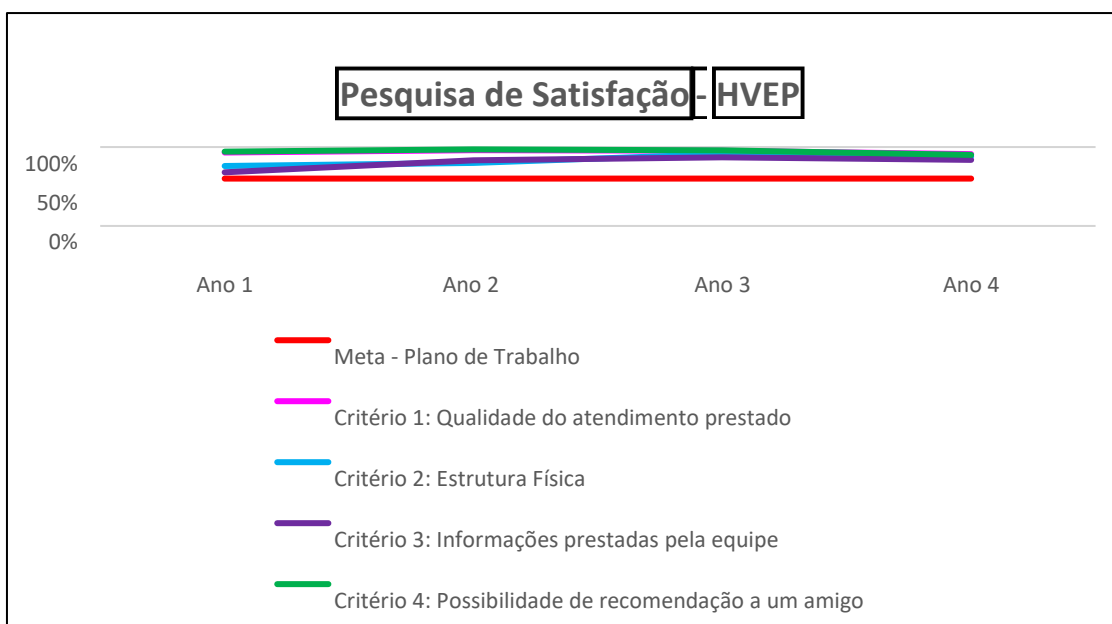
\* Percentual de usuários entrevistados em relação ao total de usuários do período

29. A partir dos dados da tabela acima, foi elaborado o seguinte gráfico, em que é possível observar que os resultados alcançados com a pesquisa de satisfação se mantiveram em níveis percentuais bem acima da meta de 60% estabelecida no Plano de Trabalho:





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



30. Em relação ao aspecto financeiro da parceria, isto é, ao cumprimento da previsão de receitas e de despesas estabelecida no Plano de Trabalho do Termo de Colaboração nº 1/2018, foi prevista inicialmente a transferência de recursos públicos na parceria no montante de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), posteriormente alterada, com a suplementação de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), passando a ser de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais).

31. De acordo com os dados apresentados na documentação<sup>8</sup> enviada pela ANCLIVEPA-SP ao IBRAM, consta que a Comissão de Gestão do HVEP solicitou a prestação de contas com balanço mensal dos gastos das últimas quatro etapas (da nona à décima segunda), por tipo de despesa, de modo que, sintetizando os dados apresentados, foi possível elaborar a seguinte tabela:

Descrição do Item	ETAPA 9		ETAPA 10		ETAPA 11		ETAPA 12	
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
SUBTOTAL DE RECURSOS HUMANOS	R\$ 715.694,40	R\$ 754.242,52	R\$ 715.694,40	R\$ 813.636,75	R\$ 1.405.653,08	R\$ 1.236.527,88	R\$ 1.405.653,08	R\$ 1.262.198,47
SUBTOTAL DE INFRAESTRUTURA	R\$ 16.000,00	R\$ 16.310,57	R\$ 16.000,00	R\$ 49.679,54	R\$ 8.000,00	R\$ 16.195,75	R\$ 8.000,00	R\$ 1.377,84
SUBTOTAL DE EQUIPAMENTOS/MÓVEIS CLÍNICOS	R\$ 60.000,00	R\$ -	R\$ 60.000,00	R\$ 31.039,20	R\$ 8.000,00	R\$ 43.134,67	R\$ 8.000,00	R\$ 29.391,94
SUBTOTAL DE CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS	R\$ 55.656,00	R\$ 41.148,28	R\$ 55.656,00	R\$ 188.395,16	R\$ 204.000,00	R\$ 247.813,99	R\$ 204.000,00	R\$ 363.014,12
SUBTOTAL DE MEDICAÇÃO	R\$ 204.560,00	R\$ 164.269,18	R\$ 204.560,00	R\$ 354.490,06	R\$ 325.716,04	R\$ 382.820,63	R\$ 325.716,04	R\$ 373.282,29
SUBTOTAL DE MATERIAL DE CONSUMO	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 16.000,00	R\$ 21.490,57	R\$ 16.000,00	R\$ 16.205,15



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

SUBTOTAL DE OUTRAS DESPESAS	R\$ 6.000,00	R\$ 18.803,50	R\$ 6.000,00	R\$ 4.525,74	R\$ -	R\$ 823,15	R\$ -	R\$ 2.302,43
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.057.910,40</b>	<b>R\$ 994.774,05</b>	<b>R\$ 1.057.910,40</b>	<b>R\$ 1.441.766,45</b>	<b>R\$ 1.967.369,12</b>	<b>R\$ 1.948.806,64</b>	<b>R\$ 1.967.369,12</b>	<b>R\$ 2.047.772,24</b>

32. Dessa forma, ao somar os valores totais de cada uma das etapas descritas, o montante de gastos previstos somava R\$ 6.050.559,04. Contudo, o quantitativo realizado foi de R\$ 6.433.119,38, o que representa uma extrapolação na importância de R\$ 382.560,34.

33. A ANCLIVEPA-SP justificou o acréscimo de gastos, primeiramente, pela maior quantidade no número de atendimentos a partir da Etapa 10 (passando de 50 para 100 senhas diárias), bem como pela elevação dos custos de medicamentos durante a Pandemia, uma vez que determinados remédios utilizados nas atividades veterinárias também são usados em pacientes humanos e, de modo especial, no tratamento de casos e internações decorrentes de Covid-19:

“Com a expectativa do aumento de atendimentos prevista em Termo Aditivo nº 5, assinado em 31 de março de 2021, durante a Etapa 10, passando de 50 para 100 senhas diárias, os recursos humanos, materiais e a infraestrutura sofreram adequações para absorver a nova demanda, além da necessidade de formar estoque de medicamentos, anestésicos e outros fármacos.

Os meses de janeiro e fevereiro de 2021 contemplados na Etapa 10, foram marcados pelo aumento de casos e internações decorrentes da Pandemia de COVID-19, provocando escassez no fornecimento de medicamentos, principalmente anestésicos. Os medicamentos utilizados para sedação de animais, como Fentanila, Medazolam e Diazepam, são usados, também, em pacientes humanos, especialmente durante as ondas de COVID-19, nas quais houve a necessidade de intubação nas UTIs, gerando escassez no mercado e, caso houvesse ausência deles, a operação do HVEP seria prejudicada.

A escassez dos medicamentos nos estoques de indústrias e distribuidoras provocou uma disparada de preços no mercado, o que dificultou o processo de compras, comprometendo o abastecimento do HVEP. A combinação do aumento no número de atendimentos no Hospital Veterinário, somada ao aumento de preços dos medicamentos ultrapassou a previsão de custos da verba destinada à compra destes materiais, conforme evidenciado no detalhamento financeiro.”

34. A Associação colacionou ainda notícias jornalísticas, relatando o aumento de preços de remédios no período de referência e, também, uma tabela demonstrando a variação dos preços de medicamentos e materiais adquiridos pela OSC entre os anos de 2020 e 2021, juntando ao final do relatório, as notas fiscais dos itens destacados.

35. Por conseguinte, corroborando com as justificativas apresentadas pela ANCLIVEPA-SP, a Comissão de Gestão da Parceria se manifestou, por meio do Parecer Técnico n.º 3/2022-IBRAM/PRESI/SECEx/HVEP (peça 186, p. 10), nos seguintes termos:

Os balanços financeiros que foram demandados e apresentados no



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

*período guardaram coerência com o planejamento estabelecido, à exceção do último ano da parceria, ocasião em que os preços de uma parte relevante dos insumos sofreram reajustes bastante significativos, variando de 3% a 580% na comparação 2020/2021, em razão da pandemia mundial da COVID-19. Da lista apresentada na página n.º 10 (90051985), observa-se que os preços dos produtos luva de procedimento não-estéril (caixa com 1.000 unidades), avental (pacote 10 unidades) e Propofol representaram quase 80% do valor (tabela 6) total dos insumos que sofreram os reajustes (considerando os preços unitários), conforme apresentado na tabela 6. Assim, de forma a manter documentado os valores individuais mais representativos, foi demandado à Anclivepa o envio de notas fiscais de 2020 e 2021 dos referidos insumos (pág. n.º 17 a 34 - 90051985). Desse modo, as notas apresentadas corroboram com a informação prestada pela OSC de que os gastos com medicamentos e outros insumos foram superiores ao estimado para o ano de 2021. Por fim, conforme descrito pela Anclivepa à pág. n.º 11 (90051985), aquela entidade decidiu por absorver o montante correspondente aos reajustes não previstos.*

*36.A referida Comissão ainda frisou que, durante a vigência da parceria, ocorreram dois exames de compatibilidade de preços que comprovaram que as aquisições e contratações mais relevantes da OSC estavam coerentes com os preços praticados no mercado. Assim, entendeu que os repasses realizados durante a vigência do Termo de Colaboração nº 01/2018, os gastos incorridos e os resultados alcançados estavam condizentes com aquilo que foi planejado, com a ressalva dos insumos adquiridos em 2021 devido à alta de preços dos medicamentos.*

*37.Além disso, considerando a diferença entre os recursos recebidos pela Associação e os gastos demonstrados na parceria, a Comissão ressaltou o trecho da prestação de contas final, em que a ANCLIVEPA decidiu por absorver o montante correspondente aos reajustes não previstos.*

*38.Oportuno acrescentar que, em consulta ao SISCOEX, ao somar os valores das últimas ordens de pagamento vinculadas ao Processo nº 0039100012700/2017-19, foi possível verificar que o total de desembolsos financeiros efetivamente realizados está condizente com a previsão de recursos para a execução da parceria, durante as etapas 9 a 12, qual seja, o montante de R\$ 6.050.559,04:*

<b>Termo de Colaboração nº 01/2018</b>	<b>Ordem Bancária</b>	<b>Data</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor por Etapa</b>
<b>ETAPA 9</b>	<b>OB nº 2020OB00507</b>	<b>05/08/2020</b>	<b>R\$ 264.477,60</b>	<b>R\$ 1.057.910,40</b>
	<b>OB nº 2020OB00548</b>	<b>18/08/2020</b>	<b>R\$ 264.477,60</b>	
	<b>OB nº 2020OB00683</b>	<b>02/10/2020</b>	<b>R\$ 500.000,00</b>	
	<b>OB nº 2020OB00684</b>	<b>02/10/2020</b>	<b>R\$ 28.955,20</b>	
<b>ETAPA 10</b>	<b>OB nº 2020OB00847</b>	<b>01/12/2020</b>	<b>R\$ 617.219,40</b>	<b>R\$ 1.057.910,40</b>





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

	OB nº 2020OB00966	29/12/2020	R\$ 440.691,00	
ETAPA 11	OB nº 2020OB00219	06/04/2021	R\$ 1.967.369,12	R\$ 1.967.369,12
ETAPA 12	OB nº 2020OB00512	03/08/2021	R\$ 1.967.369,12	R\$ 1.967.369,12
TOTAL			R\$ 6.050.559,04	R\$ 6.050.559,04

39. Sendo assim, em consonância com a conclusão apresentada no Parecer Técnico sobre a Prestação de Contas Final do Termo de Colaboração nº 1/2018, na qual se recomendou pela aprovação final das contas, observa-se que, durante o período de vigência da parceria, as metas inicialmente estabelecidas foram atingidas e as transferências de recursos públicos referente às etapas de execução da parceria, em geral, ocorreram em conformidade com o estabelecido no Plano de Trabalho, de modo que houve o cumprimento integral do objeto pactuado, com o alcance dos resultados previstos.

40. Com efeito, poderia se apresentar como ressalva da referida prestação de contas, a extrapolação de despesas ao final da parceria. Contudo, tais gastos foram justificados pela Associação devido ao aumento dos preços de medicamentos e materiais médicos, comprovados com as notas fiscais anexadas, e, além disso, a diferença resultante do aumento das despesas foi absorvida pela ANCLIVEPA-SP.

41. Outrossim, acrescenta-se que, em função do item III, "a", da Decisão nº 4545/2021, foi instaurado o processo 00600-000013412/2022-55, com o escopo específico de verificar execução do Termo de Colaboração nº 1/2018 e de seus pagamentos, formalizado entre o IBRAM e a ANCLIVEPA (Hospital Veterinário).

42. Dessa forma, a análise mais aprofundada acerca dos valores repassados à Associação será realizada em autos próprios, instituídos especificamente para apurar a regularidade contábil, orçamentária e financeira dos recursos transferidos à ANCLIVEPA para a operacionalização do Hospital Veterinário Público.

43. Por fim, cumpre frisar a continuidade da parceria entre o IBRAM e a ANCLIVEPA-SP, a partir do Chamamento Público nº 09/2021, que resultou no **Termo de Colaboração nº 01/2021** para operar o Hospital Veterinário Público do Distrito Federal (HVEP), com vigência de dezembro de 2021 a novembro de 2026.

### **III. CONCLUSÃO**

44. Tratam os autos de representações protocoladas pelo Sindicato dos Médicos Veterinários do Distrito Federal – SINDVET/DF, acerca de possíveis irregularidades no Chamamento Público nº 01/2018, cujo objeto envolve a implantação e operacionalização do Hospital Veterinário Público (HVEP), em parceria que restou firmada entre o IBRAM e a Associação Nacional de Clínicos Veterinários de Pequenos Animais – ANCLIVEPA-SP.

45. Em síntese, ao que interessa à presente análise, na Sessão Ordinária de 24/11/2021, a c. Corte de Contas considerou, por intermédio da Decisão nº 4545/2021, atendidas as diligências



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

*determinadas ao IBRAM, de modo especial, as contidas nos itens III e IV da Decisão nº 863/2021<sup>13</sup>, bem como autorizou tanto a inclusão da verificação da execução do Termo de Colaboração nº 1/2018 e de seus pagamentos em futuro roteiro de fiscalização, como o retorno dos autos à SEGEM, para fins de arquivamento.*

*46. Contudo, uma vez que, nos termos do item IV, “b”, da Decisão nº 863/2021, o Tribunal determinou ao IBRAM que encaminhasse anualmente a prestação de contas do Termo de Colaboração nº 1/2018, o Instituto enviou a respectiva Prestação de Contas Final – 2018 a 2021 (peça 185) juntamente com Parecer Técnico nº 3/2022-IBRAM/PRESI/SECEX/HVET (peça 186), que opinou pela aprovação final das contas.*

*47. Dessa forma, findada a execução do Termo de Colaboração nº 01/2018, ao analisar a referida documentação acostada, foi possível verificar que a OSC demonstrou haver cumprido o objeto da parceria, de modo que as metas previstas no Plano de Trabalho foram alcançadas, os resultados de pesquisa de satisfação do público atingiram índices satisfatórios, acima da meta estipulada, e os desembolsos referentes às etapas de execução da parceria foram congruentes ao planejamento financeiro estabelecido.*

*48. Outrossim, ressalta-se a continuidade da parceria entre o IBRAM e a ANCLIVEPA-SP, por meio do Termo de Colaboração nº 01/2021, para operar o Hospital Veterinário Público do Distrito Federal (HVEP) pelo período de dezembro de 2021 a novembro de 2026.*

*49. Além disso, acrescenta-se que, em função da alínea “a” do item III da Decisão nº 4545/2021, foi instaurado, neste Tribunal de Contas, o processo 00600-000013412/2022-55, com o escopo específico de verificar a regularidade contábil, orçamentária e financeira na execução do Termo de Colaboração nº 1/2018, formalizado entre o IBRAM e a ANCLIVEPA.*

*50. Considerando a celebração desse novo ajuste, entendemos pertinente também incluí-lo no objeto do mencionado processo de fiscalização.*

*51. Nesse sentido, no que importa para o presente processo, isto é, a análise residual do cumprimento do item IV, “b”, da Decisão nº 863/2021, considera-se que a diligência foi atendida, bem como propõe-se o arquivamento dos autos, sem prejuízo das averiguações a serem produzidas no bojo do processo 00600000013412/2022-55.*

**IV. SUGESTÕES**

*52. Ante o exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:*

*I. tomar conhecimento:*

*a. do Ofício nº 1596/2022-IBRAM/PRESI, do Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal (IBRAM), peça 188 e seus anexos (peças 182 a 187);*

*b. desta Informação;*

*II. considerar atendido o disposto na alínea “b” do item IV da Decisão nº 863/2021;*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

*III. autorizar a inclusão do Termo de Colaboração nº 01/2021, firmado entre o IBRAM e a ANCLIVEPA, para operacionalização do Hospital Veterinário público do Distrito Federal (HVEP) no escopo da fiscalização a ser realizada no âmbito do Processo nº 00600000013412/2022-55;*

*IV. restituir os autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade – SEGEM, para fins de arquivamento.”*

**MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO MINISTERIAL**

O Ministério Público de Contas do Distrito Federal, consoante o Parecer nº 136/2023–G3P (peça 193), da lavra do ilustre Procurador **Danilo Moraes dos Santos**, opina nos seguintes termos:

*“25. Como se observa, a presente fase processual está concentrada na análise das Prestações de Contas referentes ao Termo de Colaboração nº 1/2018, determinado ao IBRAM, nos termos do item IV, “b”, da Decisão nº 863/2021 (peça 102).*

*26. De antemão, ressalto que este Órgão Ministerial possui entendimento convergente com aquele lançado pela Unidade Instrutiva na análise constante da Informação nº 94/2022 – DIGEM2 (peça 189).*

*27. Observo, a teor das informações lançadas nas Prestações de Contas Anuais (peças 116 e 124) e seus respectivos Pareceres Técnicos (peças 117 e 125), que as distorções verificadas pelo corpo instrutivo, em relação as metas previamente fixadas e seus reflexos na gestão financeira da parceria, não evidenciam a má utilização dos recursos públicos disponibilizados para a operacionalização do Hospital Veterinário Público – HVEP, mediante o Termo de Colaboração nº 01/2018, firmado entre o IBRAM e a ANCLIVEPA.*

*28. Ao analisar os documentos, constato que a OSC demonstrou ter alcançado o objetivo da parceria, ao superar os objetivos traçados no plano de trabalho, excedendo as metas previamente traçadas.*

*29. De outro modo, em que pese as distorções verificadas em relação a gestão financeira do Termo de Colaboração nº 01/2018, alinho-me ao entendimento alvitado pelo zeloso corpo instrutivo, por considerar adequados os desembolsos realizados, em relação ao planejamento financeiro estabelecido para a execução da parceria sob exame, vez que, conforme demonstrado no Parecer Técnico n.º 3/2022-IBRAM/PRESI/SECEx/HVEP (peça 186, p. 10), as variações, a maior, dos preços de medicamentos e materiais adquiridos pela OSC, entre os anos de 2020 e 2021, tiveram papel determinante na alteração dos custos operacionais do HVEP, naquele período.*

*30. Pelo exposto, o Ministério Público de Contas do Distrito Federal converge com as conclusões apresentadas na Informação nº 94/2022-DIGEM2 (peça 189), opinando pelo acolhimento das proposições ali consignadas.”*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

É o Relatório.

## **VOTO**

Examina-se, na presente fase processual, a Prestação de Contas Final – 2018 a 2021, referente ao Termo de Colaboração nº 1/2018, encaminhada pelo Instituto **Brasília Ambiental – IBRAM** em atenção ao disposto na alínea “b” do item IV da Decisão nº 863/2021.

Os elementos informativos constantes dos documentos relacionados à referida prestação de contas demonstram que, durante o período de vigência do ajuste, o **Hospital Veterinário Público - HVEP** realizou 452.412 procedimentos médico-veterinários e 144 ações de educação em saúde, de forma que restaram cumpridas as metas, inclusive com resultado superavitário em relação ao fixado previamente para a parceria.

Os resultados alcançados com a pesquisa de satisfação se mantiveram em níveis percentuais bem acima da meta de 60% estabelecida no Plano de Trabalho.

No tocante à execução financeira, os gastos incorridos e os resultados alcançados estavam condizentes com o que foi planejado, com a ressalva às Etapas 9 a 12, quando houve extrapolação na importância de R\$ 382.560,34, uma vez que o quantitativo realizado foi de R\$ 6.433.119,38, enquanto os gastos previstos somavam R\$ 6.050.559,04.

A respeito, a **ANCLIVEPA-SP** justificou o acréscimo de gastos pelo aumento de atendimentos e pela elevação dos custos de medicamentos durante a Pandemia, uma vez que determinados remédios utilizados nas atividades veterinárias também são usados em pacientes humanos.

A Comissão de Gestão da Parceria ratificou a justificativa apresentada pela entidade, acrescentou que, durante a vigência da parceria, ocorreram dois exames de compatibilidade de preços que comprovaram que as aquisições e contratações mais relevantes estavam coerentes com os preços praticados no mercado. Ressaltou ainda que **ANCLIVEPA-SP** decidiu absorver o montante correspondente aos reajustes não previstos.

A SEGEM, após pesquisa no SISCOEX, atestou “... *que o total de desembolsos financeiros efetivamente realizados está condizente com a previsão de recursos para a execução da parceria, durante as etapas 9 a 12, qual seja, o montante de R\$ 6.050.559,04*”.

Nesse contexto, penso que assiste razão à Unidade Técnica e ao douto *Parquet* quanto ao fato de que a Prestação de Contas Final – 2018 a 2021, referente ao Termo de Colaboração nº 1/2018, demonstrou o cumprimento do objeto da parceria, das metas previstas no Plano de Trabalho e dos índices de satisfação do público, bem como a aderência dos desembolsos ao planejamento financeiro estabelecido.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

No mais, considerando a continuidade da parceria para o período de dezembro de 2021 a novembro de 2026, por meio do Termo de Colaboração nº 01/2021, não vislumbro óbice à inclusão da verificação da execução desse ajuste no escopo da fiscalização a ser realizada no âmbito do Processo nº 00600-000013412/2022-55, que trata da verificação da regularidade contábil, orçamentária e financeira na execução do Termo de Colaboração nº 1/2018.

Ante o exposto, **VOTO** no sentido de que este egrégio Plenário:

**I -** tome conhecimento:

**a)** do Ofício nº 1596/2022-IBRAM/PRESI e anexos, do **Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal - IBRAM** (peças 182/188); e

**b)** da Informação nº 94/2022 e do Parecer nº 136-2023-G3P (peça 193);

**II -** considere atendido o disposto na alínea “b” do item IV da Decisão nº 863/2021;

**III -** autorize a inclusão do Termo de Colaboração nº 01/2021, firmado entre o **IBRAM** e a **ANCLIVEPA-SP**, para a operacionalização do **Hospital Veterinário Público do Distrito Federal – HVEP**, no escopo da fiscalização a ser realizada no âmbito do Processo nº 00600-000013412/2022-55;

**IV -** restituir os autos à SEGEM, para fins de arquivamento.

Sala das sessões, em 19 de abril de 2023.

**ANTONIO RENATO ALVES RAINHA**  
Conselheiro-Relator